

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Décio Lima, presidente do Sebrae, fala sobre gestão

Fundo Garantidor do BNDES e Sebrae atinge R\$ 1 bilhão

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) anunciam que o Fundo Garantidor FG BNDES-Sebrae atingiu a marca de R\$ 1 bilhão em operações de crédito apoiadas, com alcance em mais de 5,3 mil operações com tíquete médio de cerca de R\$ 203 mil.

Crédito

Criado para ampliar o acesso ao crédito de microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas, o FG BNDES-Sebrae reduz as barreiras de financiamento ao reforçar as garantias junto às instituições financeiras. Com a cobertura, pequenos negócios têm conseguido investir.

Gestão

Desde o início da sua operacionalização, em junho deste ano, o Fundo já garantiu mais de 5,3 mil operações de crédito, distribuídas em todo o país. Destaques para o volume de crédito garantido destinado ao Sudeste (41%) e ao Nordeste (27%) e para as operações que atenderam o setor de comércio e serviços, representando 80% do total.



Juros altos provocaram debandada para investimentos

Poupança tem retirada líquida de R\$ 7,6 bilhões em agosto

O saldo da aplicação na caderneta de poupança caiu em agosto, com registro de mais saques do que depósitos. As saídas superaram as entradas em R\$ 7,6 bilhões, de acordo com relatório do Banco Central (BC). No mês passado, foram aplicados R\$ 346,8 bilhões, contra saques da ordem de R\$ 354,4 bilhões. Os

rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R\$ 6,5 bilhões. O saldo da poupança é pouco mais de R\$ 1 trilhão. É o segundo mês seguido de resultado negativo na poupança. Os quatro primeiros meses do ano também foram de retiradas, seguidos dos meses de maio e junho com entradas líquidas.

Resgate

No acumulado de 2025, a caderneta tem resgate líquido de R\$ 63,5 bilhões. Nos últimos anos, a caderneta vem registrando mais saques que depósitos. Em 2023 e 2024, as retiradas líquidas da poupança foram R\$ 87,8 bilhões e R\$ 15,5 bilhões, respectivamente.

Gás I

O programa Gás do Povo, que garantirá gás de cozinha gratuito à população de baixa renda, tem a expectativa de atender cerca de 15,5 milhões de famílias. Agora, será possível retirar o botijão de gás do forma gratuita diretamente em revendedoras credenciadas.

Juros

Entre as razões para os saques está a manutenção da Selic (taxa básica de juros) em alta, o que estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho. Em julho, o Comitê de Política Monetária interrompeu o ciclo de aumento de juros após sete altas seguidas.

Gás II

De acordo com o governo, terão direito ao botijão de gás gratuito as famílias inscritas no CadÚnico com renda mensal de até meio salário mínimo (R\$ 759) por pessoa. Quem recebe Bolsa Família (renda per capita de até R\$ 218) terá preferência no programa.

Mercantil 'herda' R\$ 2,9 bi em pagamentos do INSS

Banco arrematou somente um lote no leilão, agora tem 26

Por Martha Imenes

O banco Mercantil 'herdou' da Crefisa os pagamentos de beneficiários que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios não precisam se preocupar em não receber o pagamento. Conforme informações do Ministério da Previdência, a medida não prejudicará os beneficiários, já que os repasses programados para agosto foram processados normalmente. O calendário termina nesta segunda-feira (8), quando recebem os beneficiários com final de inscrição de benefício 0 e 5.

Para a folha de agosto foram destinados R\$ 2,9 bilhões, contemplando 1,7 milhão de benefícios, incluindo os 120 mil novos. E, a partir deste mês (setembro), os novos contratos serão pagos pelo banco que ficou em segundo lugar no leilão, o banco Mercantil.

A decisão, segundo o ministério, foi tomada após reclamações registradas por diferentes canais, incluindo ofícios encaminhados por Procons, Ministério Público Federal (MPF), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e manifestações de beneficiários nas agências da Previdência Social (APS) e na Ouvidoria, especialmente por meio da plataforma Fala.BR, da Controladoria-Geral da União (CGU).



Banco Mercantil pagará 1,7 milhão de benefícios da folha de agosto do INSS

A Crefisa venceu o leilão realizado em 2023 para administrar a folha de pagamentos

vogados do Brasil (OAB) e manifestações de beneficiários nas agências da Previdência Social (APS) e na Ouvidoria, especialmente por meio da plataforma Fala.BR, da Controladoria-Geral da União (CGU).

do INSS. Ela havia arrematado 25 dos 26 lotes ofertados e o Mercantil apenas um lote, que abrange municípios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O leilão foi para o período de 2025 a 2029, e o resultado foi homologado em dezembro de 2024, após a fase de lance, que começou em outubro.

De acordo com informações publicadas no site do INSS, "a suspensão foi necessária para cessar as irregularidades e proteger o interesse público".

As regras do edital incluíam a necessidade de pontos físicos de atendimento, o que permitiu a participação de bancos tradicionais.

Confira como trocar o local de pagamento ou de banco

Os segurados que atualmente recebem seus benefícios pela Crefisa continuarão recebendo normalmente. Não é obrigatório tomar nenhuma providência imediata. Em relação à distribuição dos novos beneficiários, segue a ordem de classificação dos bancos credenciados, conforme o resultado do pregão para cada lote, informou o Ministério da Previdência.

Os aposentados e pensionistas do INSS podem solicitar transferência de banco pagador pelo Meu INSS (aplicativo ou site), mediante agendamento em uma Agência da Previdência Social, ou ainda pela Central 135, o beneficiário pode trocar a instituição onde recebe a aposentadoria.

O banco escolhido pelo aposentado ou pensionista para transferir o pagamento

precisa ter convênio com o INSS. Para fazer a mudança, basta ir ao banco escolhido e, caso ainda não tenha conta, criá-la para o recebimento do benefício previdenciário.

Pelo Meu INSS

- Acesse: o site meu.inss.gov.br ou o aplicativo "Meu INSS".
- Faça login: com sua conta Gov.br.
- No menu, clique em "Novo Pedido".
- Digite "alterar local ou forma de pagamento" na barra de busca.
- Clique: no nome do serviço/benefício que aparece na lista.
- Leia: as instruções na tela e siga os passos para informar os dados da nova conta bancária (tipo de conta e banco) e confirmar o pedido.

Você pode acompanhar o andamento da sua solicitação pelo próprio Meu INSS.

Pelo telefone

- Ligue: para a Central de Atendimento do INSS no número 135, disponível de segunda a sábado.
- Informe: seus dados e solicite a alteração.

Presencialmente no banco (para mudança de agência no mesmo banco):

- Compareça: à nova agência do banco onde deseja receber o benefício.
- Leve: seus documentos de identificação com foto e o cartão do benefício.
- Solicite: a transferência de agência diretamente no banco.

Dúvidas sobre a capacidade financeira da Crefisa

As denúncias apresentadas contra a Crefisa levantaram dúvidas sobre a capacidade da financeira em cumprir o contrato firmado com o INSS por meio do leilão. Entre os principais problemas estavam atrasos e recusas de pagamento de benefícios, além de limitações para saque, coação para abertura de conta corrente e venda casada de produtos.

A falta de estrutura nas agências, com filas extensas e ausência de caixas eletrônicos, portabilidades não autorizadas, falhas na triagem e emissão de senhas, além de informações insuficientes e atendimento inadequado, também, foram motivos de queixa dos beneficiários.

Nova norma para fintechs não vai taxar o Pix e barra não autorizadas

Por Martha Imenes

A Operação Carbono Oculto, que revelou um esquema bilionário de lavagem de dinheiro com uso de fintechs, foi seguida pelo anúncio do governo federal de que a Receita Federal ampliará o enquadramento regulatório dessas empresas e medidas do Banco Central (BC) para proteger o Sistema Financeiro Nacional (SFN), como a limitação em R\$ 15 mil para transferências via Pix e TED feitas por fintechs sem licença do BC.

A limitação, já em vigor, atinge também as empresas que se conectam à Rede do Sistema Financeiro Nacional via Prestadores de Serviços de Tecnologia da Informação (PSTI).

As empresas funcionam de forma provisória até sair a autorização. A partir de agora, contudo, novas empresas que queiram entrar nesse mercado não poderão operar antes que obtenham autorização do BC. Além disso, foi antecipado, de dezem-



Presidente do BC, Gabriel Galípulo, durante coletiva

bro de 2029 para maio de 2026, o prazo para que as instituições de pagamento solicitem autorização para funcionamento.

75 sem aval

De acordo com o BC, há 75 instituições de pagamentos que ainda não fizeram o pedido de autorização, enquanto outras 40 empresas deram entrada no processo e aguardam autoriza-

ção para operar.

Essa medida se soma a uma Instrução Normativa (IN) publicada pelo Fisco, que impõe às instituições de pagamento e participantes de arranjos de pagamento a obrigatoriedade de entrega da e-Financiera – obrigação acessória já exigida dos bancos.

No entanto, segundo Erlan Valverde, mestre em Direito

Tributário Internacional pelo IBDT e sócio da área tributária do IW Melcheds Advogados, a medida não significa uma taxaço do Pix, como chegou a circular em debates anteriores.

"Há pouca semelhança entre a IN e a discussão sobre a suposta taxaço do Pix. O que se previa no início do ano era uma alteração na e-Financiera para incluir transferências acima de R\$ 5 mil para pessoas físicas e de R\$ 15 mil para pessoas jurídicas, independentemente de serem via Pix, TED ou DOC. Já a nova regra busca ampliar a transparência em operações que sequer eram reportadas antes, exigindo dados de fintechs e instituições de pagamento que até então estavam fora do alcance da Receita", explica o tributarista.

Para Valverde, a mudança representa um passo relevante na equiparação regulatória entre bancos e fintechs, tema que vinha sendo pressionado por organismos internacionais e pelo próprio mercado.